



## Implementação de Medidas de Racionalização de Energia

### Campo de Futebol de Castro Marim

Dando continuidade ao estudo previamente elaborado pela AREAL, foi concluída a fase de implementação de um Sistema de Energia Solar Térmica com vista ao aquecimento das Águas Quentes Sanitárias dos balneários do Campo de Futebol de Castro Marim.

Esta instalação contou com o apoio do Projecto Europeu GIE II, tendo o investimento total necessário rondado os 9.000 €.

#### Quadro Resumo:

Redução dos Consumos Anuais (kWh)	6.170
Redução da facturação Anual (€)	770
Investimento total Necessário (€)	9.210
Tempo de Retorno com o Apoio do Projecto	6
Redução das Emissões de CO <sub>2</sub> (Ton)	2,0

## Contrato - Programa Proalgarve 2000-2006

Dos 133 projectos inseridos na contratualização nas medidas 1,2 e 6 do programa, ainda estão em curso 37.

## Produção de cartografia numérica vectorial à escala 1:10.000

Espera-se distribuir aos municípios no mês de Julho os ortofotomapas do voo de 2007. A partir de Outubro começa-se a entregar aos municípios a cartografia numérica vectorial de cada concelho.

## PROJECTOS FUTUROS

### Contratualização do PO Algarve 21

Prevê-se para breve a contratualização de algumas áreas do PO: rede escolar, ecovias, áreas de localização empresarial, modernização administrativa, infra-estruturas ambientais e renovação urbana, que envolvem um valor total FEDER de cerca de 24 milhões de euros.

### Ecotur

Candidatura ao Interreg IV C, com o objectivo de promover o ecoturismo no Algarve, através da ecovia do litoral e da via algarviana. Este projecto envolve também um conjunto de intervenções no património rural, ambiental e paisagístico na envolvente daquelas vias. O valor do investimento global é de cerca de 1 milhão de euros.

### Pyrosodue

Candidatura ao programa SUDOE – Espaço sudoeste europeu na área da prevenção de incêndios, com o objectivo de criar redes de contactos para troca de experiências, elaborar guias de boas práticas, realizar acções de formação e de divulgação e executar projectos piloto na área da gestão interface urbano -florestal e fogos rurais. O valor do investimento previsto é de 300 mil euros.

### Trumede

Candidatura ao programa MED – Espaço Mediterrânico que tem por objectivo criar roteiros turísticos de cidades. O valor do investimento previsto é de 50 mil euros.

## Ecovia do Litoral

Prevê-se que durante o mês de Julho, cerca de metade da ecovia se encontre pronta. Há excepção dos troços: Faro-Olhão, Altura-limite do concelho com V.R.S.A. (Monte Gordo) e Rio Arade – Ria de Alvor, os restantes vão ser concluídos até ao final do ano (ecoviasalgarve.org).

## Smita Sistema Móvel de Informação Territorial Atlântico



A partir do mês de Julho será possível aceder por telemóvel e PDA (www.smita.mobi) a informação turística e cultural do Algarve georeferenciada, nomeadamente: monumentos, praias, hotéis, bares, discotecas, restaurantes, parques temáticos, equipamentos de saúde e segurança, festivais, exposições, feiras, teatros, eventos desportivos etc.). Os locais da informação disponível podem ser visualizados através de mapas, de acordo com o local onde o utilizador se encontra ou da pesquisa efectuada.



## Compras Electrónicas

Na sequência do concurso público para a implementação de um sistema de compras electrónicas para os municípios do Algarve, para os anos 2008/2009, a Junta Metropolitana deliberou na reunião de 02 de Junho, adjudicar à empresa Digitmarket Sistemas de Informação, S.A. o fornecimento do referido serviço.

O valor do contrato celebrado entre a AMAL e a Digitmarket Sistemas de Informação, S.A. é de 240.185,00€, e tem por objecto a implementação de um sistema de compras electrónicas, de acordo com as cláusulas técnicas descritas no caderno de encargos e na proposta de fornecimento de serviços.

Adjudicada projecto no terreno, os responsáveis pela apresentação da equipa de trabalho, da plataforma de compras da AMAL e a integração de sistemas.

a prestação de serviços e celebrado o contrato, o passo seguinte é a implementação do tendo sido convocada com essa finalidade uma reunião para o próximo dia 25 de Junho, com o aprovisionamento das dezasseis câmaras, com diversos objectivos, dos quais destacamos, a

O primeiro leilão para aquisição de bens para os municípios decorrerá, previsivelmente, no final de Julho.

## Incendi

Através deste projecto de prevenção do risco de incêndio na floresta, no qual participaram 9 regiões do espaço mediterrânico e 8 parceiros locais do Algarve, que se concluiu no corrente mês de Junho, investiu-se no seguinte:

- Produção e actualização de cartografia temática de defesa da floresta contra incêndios; criação de um modelo de gestão de aceiros; elaboração de um Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios; elaboração de um manual de boas práticas

florestais “Técnicas de recuperação de sobreirais ardidos na Serra do Caldeirão”; dotação de meios informáticos, software e hardware para o veículo de planeamento, comando e comunicações e da sala de situação e apoio à decisão do Centro Distrital de Operações e Socorro de Faro; elaboração de uma campanha de sensibilização na região do Algarve sobre a prevenção de incêndios florestais.

## Reunião da Junta Metropolitana

### Reunião de 2 de Junho

- **Legislação relativa às competências dos Municípios quanto às raças caninas consideradas perigosas** - O coordenador dos serviços veterinários no Algarve, Dr. Madeira fez uma breve apresentação do plano de controlo de cães, nomeadamente perigosos e potencialmente perigosos. Referiu também que deverão ser criados centros de recolha de animais (Canis Municipais). Relativamente à problemática da construção dos Canis Municipais, foram levantadas por parte da Junta Metropolitana algumas questões para a melhor solução do problema, nomeadamente no que respeita à localização dos terrenos, o saneamento e o barulho causado pelos animais. Foi também sugerido que se apurasse junto da CCDR Algarve a hipótese de equacionar alguns mecanismos de financiamento de forma a facilitar a construção dos mesmos.
- **Programas Ocupacionais (POC)** – Prevenção de fogos florestais - O Despacho conjunto nº 456/2006 veio regular a dinamização de programas ocupacionais (POC), por titulares de prestações de desemprego e de prestações de rendimento social de inserção inscritos nos centros de emprego que tenham por objectivo a prevenção de fogos florestais e a redução das suas causas. Neste sentido, são considerados promotores os municípios, as freguesias, as associações

humanitárias de bombeiros voluntários e as organizações de produção florestal. A estas entidades, compete o pagamento das despesas de transporte e alimentação, bem como do seguro de acidentes pessoais dos destinatários. A responsabilidade pelos encargos resultantes do subsídio complementar e do subsídio ocupacional cabe ao MAI e ao MTSS. Os promotores deverão apresentar as candidaturas, mediante formulário próprio do Centro de Emprego, no Governo Civil com a antecedência mínima de 20 dias úteis relativamente à data de início da actividade ocupacional.

- **Revisão Orçamental das Grandes Opções do Plano 2008** - Foi presente o documento “1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2008”. A presente revisão destina-se sobretudo à integração do saldo da gerência anterior no orçamento 502.447,33€, bem como alguns ajustamentos à previsão de receitas e despesas dos projectos inseridos nas Grandes Opções do Plano. Neste contexto, o Orçamento foi aumentado 294.147,33€, passando a apresentar um valor total de 1.976.282,33€. Após a análise e discussão do assunto, a Junta Metropolitana deliberou por unanimidade aprovar a referida proposta e remetê-la para aprovação da Assembleia Metropolitana.

## Legislação de Interesse para os Municípios

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/08, de 20 de Maio** - Aprova o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (2008-2015).
- **Decreto – Lei n.º 83/08, de 20 de Maio** - Estabelece os mecanismos de protecção e segurança da zona da estrada da estrada nacional n.º 125 (EN 125), definindo a respectiva zona non aedificandi e zonas de servidão acústica e de visibilidade, bem como fixando regras próprias de licenciamento dos acessos à via e de afixação de publicidade, aprovando o respectivo regime jurídico.
- **Lei n.º 23/08, de 21 de Maio** - Autoriza o Governo a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e alienação de terrenos incluídos na área das plataformas logísticas que integram a Rede Nacional de Plataformas Logísticas.
- **Portaria n.º 370/08, de 21 de Maio** - Regula a criação e o funcionamento dos Centros Novas Oportunidades.
- **Portaria n.º 376/08, de 23 de Maio** - Aprova o Regulamento da Atribuição de Apoios Financeiros pelas Administrações Regionais de Saúde, I. P., a Pessoas Colectivas Privadas sem Fins Lucrativos, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, designado por Programa Modelar.
- **Decreto n.º 10/08, de 26 de Maio** - Declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona antiga da cidade de Portimão, no município de Portimão, e concede a este município o direito de preferência, pelo prazo de 10 anos, nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios aí situados.
- **Portaria n.º 378/08, de 26 de Maio** - Aprova os modelos de impresso destinado ao cadastro comercial dos feirantes e de cartão de feirante.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/08, de 29 de Maio** - Aprova a primeira revisão ao I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências e ou Incapacidades 2006-2009 (PAIPDI).
- **Decreto-Lei n.º 92/2008, de 06 de Junho** - Constitui a sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a

Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/08, de 04 de Junho** - Aprova o Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS) para o período de 2008-2013.
- **Decreto-Lei n.º 93/058, de 04 de Junho** - Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.
- **Portaria n.º 393/08, de 05 de Junho** - Determina a sucessão das Administrações de Região Hidrográfica (ARH) no domínio dos recursos hídricos em todas as posições jurídicas tituladas pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), criadas pelo Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril.
- **Decreto-Lei n.º 96/08, de 09 de Junho** - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de Maio, que aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios.
- **Decreto-Lei n.º 97/08, de 11 de Junho** - Estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos.
- **Decreto-Lei n.º 100/08, de 16 de Junho** - Estabelece os procedimentos relativos ao destino a dar às áreas compreendidas no domínio público hídrico do Estado em relação a usos com este compatíveis, nos termos legais, ou quando deixem de estar afectas exclusivamente ao interesse público do uso das águas.
- **Portaria n.º 425/08, de 16 de Junho** - Procede à actualização extraordinária dos montantes das prestações por abono de família para crianças e jovens e por abono de família pré-natal.
- **Portaria n.º 426/08, de 17 de Junho** - Considera praias marítimas as designadas como zonas balneares costeiras e praias fluviais e lacustres as designadas como zonas interiores.
- **Portaria n.º 434/08, de 18 de Junho** - Define a estrutura dos comandos territoriais de polícia e aprova as respectivas subunidades.

## Formação

Realizaram-se desde Janeiro 10 acções de formação que envolveram 405 funcionários autárquicos. Prevê-se realizar até ao final do ano mais 5 acções de formação.

A AMAL promoveu em parceria com as câmaras municipais de Olhão e de Faro 3 cursos de formação acção que envolvem 120 funcionários.

CM de Olhão - “Implementação de um Modelo de Gestão da Qualidade nas Piscinas Municipais, na Casa da Juventude e no Espaço Internet”

CM de Faro - “Implementação de um Modelo de Gestão da

Qualidade na Biblioteca Municipal, no Museu Municipal, no Teatro das Figuras e no Espaço Internet” e a “Implementação da Melhoria Procedimental e Eficiência Organizacional dos processos e procedimentos urbanísticos”

Ainda no âmbito da formação vai realizar-se em Junho um curso para “Formação de vigilantes de transporte colectivo de crianças – Lei n.º 13/2006, de 30 de Maio”.

No dia 2 de Julho decorrerá na Biblioteca Municipal de Faro o Seminário “Alterações ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”, promovido pelo CEFA a pedido da AMAL.